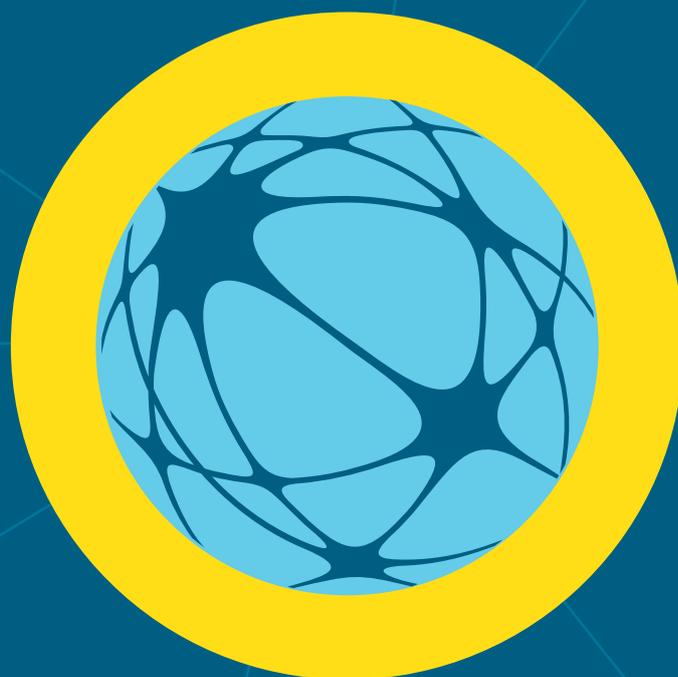




PROMOVER A INTEGRAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

*O caso da Escola de Ciências Sociais
e Humanas do ISCTE-IUL*

Sónia F. Bernardes, Editora



INTEGRA I&E – Promover a Integração da Investigação no Ensino Superior: O caso da Escola de Ciências Sociais e Humanas do ISCTE-IUL

Editora: Sónia F. Bernardes

©Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Formatação e edição de texto: João Graça

Lisboa, Março de 2017

Suporte Edição Eletrónica

ISBN: 978-989-732-894-7

Citação recomendada:

Bernardes, S.F. (2017, Ed.). Integra I&E – Promover a Integração da Investigação no Ensino Superior: O caso da Escola de Ciências Sociais e Humanas do ISCTE-IUL. Lisboa: ISCTE-IUL.

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Edifício ISCTE

Av. Das Forças Armadas

1649-026 Lisboa, Portugal

Tel.: 217 903 000 | Fax: 217 964 710

E-mail: geral@iscte.pt

www.iscte-iul.pt



Cofinanciado pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do concurso Projetos Inovadores no Domínio Educativo (FCG/PIDE/138181/2015)

Nota Introdutória

Esta obra consiste no relatório científico do projeto INTEGRA I&E, realizado por uma equipa multidisciplinar de docentes/investigadores e doutorandos do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) no biénio 2014-2016. A equipa agradece a todos os estudantes, investigadores e docentes que, ativamente, se envolveram neste projeto, partilhando as suas visões e experiências e contribuindo para a construção coletiva de um conjunto de recomendações que visam promover a integração da investigação no ensino no ISCTE-IUL.

Membros da equipa INTEGRA I&E:

Sónia F. Bernardes ^{1, 6} (Coordenadora Científica)

Susana Carvalhosa ¹

Rita Guerra ⁶

Madalena Matos ^{4, 8}

Filipe Reis ^{2, 7}

Diana Farcas ⁶

Nuno Costa ⁶

Kinga Bierwiazzonek ⁶

Maria de Jesús Candeias ⁶

Helena Carvalho ^{5, 9}

José Manuel Henriques ^{3, 8}

Afilições:

¹ Departamento de Psicologia Social e das Organizações, Escola de Ciências Sociais e Humanas (ECSH)

² Departamento de Antropologia, ECSH

³ Departamento de Economia Política, ECSH

⁴ Departamento de Sociologia, Escola de Sociologia e Políticas Públicas (ESPP)

⁵ Departamento de Métodos de Pesquisa Social, ESPP

⁶ Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS-IUL), ECHS

⁷ Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-IUL), ECSH

⁸ Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território (DINAMIA'CET), ECSH

⁹ Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), ESPP

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO GERAL: DA INTEGRAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO NO ENSINO (I&E) AO INTEGRA I&E

SÓNIA F. BERNARDES & FILIPE REIS

1. EM QUE CONSISTE A INTEGRAÇÃO I&E?	2
2. PORQUÊ PROMOVER A INTEGRAÇÃO I&E?	5
3. COMO PROMOVER A INTEGRAÇÃO I&E?	8
4. O INTEGRA I&E E A ESTRUTURA DA OBRA.....	11

II. PERSPETIVAS DOS ESTUDANTES SOBRE A INTEGRAÇÃO I&E

CAPÍTULO 1. OS ESTUDANTES E A INTEGRAÇÃO I&E: BREVE REVISÃO DA LITERATURA NUNO COSTA & RITA GUERRA	15
1.1. EXPERIÊNCIA DA INTEGRAÇÃO I&E PELOS ESTUDANTES.....	16
1.2. BENEFÍCIOS DA EXPERIÊNCIA DE INVESTIGAÇÃO	18
1.3. VANTAGENS E DESVANTAGENS DO ENVOLVIMENTO DOS DOCENTES EM INVESTIGAÇÃO	19
CAPÍTULO 2. OS ESTUDANTES DA ECSH E A INTEGRAÇÃO I&E: UM ESTUDO QUALITATIVO MADALENA MATOS & MARIA DE JESUS CANDEIAS	21
2.1. OBJETIVOS.....	21
2.2. METODOLOGIA: ANÁLISE QUALITATIVA BASEADA EM FOCUS-GRUPO	21
2.2.1. Participantes	22
2.2.2. Recolha da informação	23
2.2.3. Tratamento e análise da informação	24
2.3. RESULTADOS	26
2.3.1. Representações e práticas dos estudantes sobre ensino-aprendizagem e sobre investigação	26
2.3.2. Vantagens e desvantagens da integração I&E: avaliação das práticas de integração entre ensino e investigação	60
2.3.3. Fatores limitadores da integração I&E e propostas para melhorar esta relação no ISCTE-IUL	75
2.4. CONCLUSÕES.....	88

CAPÍTULO 3. OS ESTUDANTES DO ISCTE-IUL E A INTEGRAÇÃO I&E:
UM ESTUDO QUANTITATIVO NUNO COSTA, RITA GUERRA & SÓNIA F.

BERNARDES	93
3.1. OBJETIVOS.....	93
3.2. METODOLOGIA.....	93
3.2.1. Participantes	93
3.2.2. Instrumento	94
3.2.3. Procedimento	100
3.3. RESULTADOS	101
3.3.1. Análise de dados	102
3.3.2. Perceções sobre a integração I&E dos estudantes do ISCTE-IUL.....	103
3.3.3. Perceções sobre a integração I&E dos estudantes da ECSH	112
3.4. DISCUSSÃO.....	118
3.4.1. Atitudes e Experiência com as práticas de integração I&E	119
3.4.2. Qualidades psicométricas dos instrumentos	119
3.4.3. Atitudes dos estudantes face à integração I&E.....	120
3.4.4. Experiência dos estudantes com as práticas de integração I&E.....	121
3.4.5. Envolvimento dos docentes em práticas de integração I&E	122
3.4.6. Contribuição teórica e recomendações para investigações futuras	124
3.5. CONCLUSÕES.....	125

CAPÍTULO 4. PERSPETIVAS DOS ESTUDANTES SOBRE A INTEGRAÇÃO

I&E: SÍNTESE CONCLUSIVA NUNO COSTA, RITA GUERRA & MADALENA MATOS	126
4.1. INSTRUMENTOS DE MONITORIZAÇÃO	127
4.2. CONCEÇÕES DOS ESTUDANTES DA ECSH SOBRE A INTEGRAÇÃO I&E.....	127
4.3. CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DA INVESTIGAÇÃO CONDUZIDA NO ISCTE-IUL.....	128
4.4. ATITUDES DOS ESTUDANTES FACE ÀS PRÁTICAS DE INTEGRAÇÃO I&E.....	129
4.5. EXPERIÊNCIA DOS ESTUDANTES COM PRÁTICAS DE INTEGRAÇÃO I&E.....	130
4.6. VANTAGENS E DESVANTAGENS DA INTEGRAÇÃO I&E.....	131

III. PERSPETIVAS DOS DOCENTES/ INVESTIGADORES SOBRE A INTEGRAÇÃO I&E

CAPÍTULO 5. OS ACADÉMICOS E A INTEGRAÇÃO I&E: BREVE REVISÃO DE LITERATURA *DIANA FARCAS, KINGA BIERWIACKZONEC, SÓNIA F.*

<i>BERNARDES & SUSANA CARVALHOSA</i>	134
5.1. CONCEÇÕES, ATTITUDES E EXPERIÊNCIAS RELACIONADAS COM A INTEGRAÇÃO I&E	135
5.2. DIFERENÇAS ENTRE AS PERSPETIVAS DOS DOCENTES/INVESTIGADORES E OUTROS GRUPOS.....	136
5.3. FATORES QUE FACILITAM E DIFICULTAM A INTEGRAÇÃO I&E.....	137
5.4. CONSEQUÊNCIAS PERCEBIDAS DA INTEGRAÇÃO I&E	138

CAPÍTULO 6. OS DOCENTES/INVESTIGADORES DA ECSH E A INTEGRAÇÃO I&E: UM ESTUDO QUALITATIVO *DIANA FARCAS & SÓNIA F.*

<i>BERNARDES</i>	140
6.1. MÉTODO.....	140
6.1.1. Participantes	140
6.1.2. Técnica e procedimento de recolha de dados	143
6.1.3. Técnica de análise de dados	146
6.1.4. Critérios de rigor na análise dos dados	146
6.2. RESULTADOS	148
6.2.1. Práticas de integração de I&E	149
6.2.2. Fatores que dificultam a promoção da integração I&E	160
6.2.3. Fatores que facilitam a promoção da integração I&E	164
6.2.4. Consequências das práticas de integração I&E.....	169
6.2.5. Sugestões para uma melhor promoção da integração I&E	173
6.3. DISCUSSÃO.....	179
6.3.1. Conceções e práticas de integração I&E.....	179
6.3.2. Barreiras e facilitadores da integração I&E	182
6.3.3. Consequências da integração I&E	184
6.3.4. Sugestões para promover a integração I&E.....	185
6.3.5. Especificidades disciplinares	186
6.3.6. Limitações e contributos	188

CAPÍTULO 7. OS DOCENTES/INVESTIGADORES DA ECSH E ISCTE-IUL E A INTEGRAÇÃO I&E: UM ESTUDO QUANTITATIVO SUSANA CARVALHOSA & KINGA BIERWIACZONEK	190
7.1. MÉTODO.....	190
7.1.1. Participantes.....	190
7.1.2. Instrumentos	191
7.1.3. Procedimentos	192
7.2. RESULTADOS	193
7.2.1. Práticas de integração I&E	193
7.2.2. Atitudes face à integração I&E	197
7.2.3. Fatores que facilitam/dificultam a integração I&E	201
7.3. CONCLUSÕES.....	204

CAPÍTULO 8. PERSPETIVAS DOS DOCENTES/INVESTIGADORES SOBRE A INTEGRAÇÃO I&E: SÍNTESE CONCLUSIVA DIANA FARCAS, SÓNIA F. BERNARDES & SUSANA CARVALHOSA	210
8.1. CONCEÇÕES E PRÁTICAS DOS DOCENTES/INVESTIGADORES SOBRE A INTEGRAÇÃO I&E	210
8.2. ATITUDES DOS DOCENTES/INVESTIGADORES SOBRE A INTEGRAÇÃO I&E	212
8.3. CONSEQUÊNCIAS DA INTEGRAÇÃO I&E	213
8.4. FATORES QUE FACILITAM E DIFICULTAM A INTEGRAÇÃO I&E.....	214

IV. PARTILHA, APRENDIZAGEM SITUADA E INOVAÇÃO **RITA JERÓNIMO & FILIPE REIS**

1. COMUNIDADE DE PRÁTICA DE INTEGRAÇÃO I&E	217
1.1. APRENDIZAGEM COMO PRODUÇÃO DE UM SISTEMA SOCIAL.....	217
1.2. APRENDIZAGEM COMO CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE	218
1.3. CARACTERÍSTICAS DE UMA CoP	219
1.4. CoPs NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO	220
1.5. A CoP DE INTEGRAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO NO ENSINO	221
1.5.1. Propósitos, composição e funcionamento	221
1.5.2. Seminários de pesquisa de mestrado inspirados na dinâmica das CoP	223
1.5.3. Uma nova conceção sobre a integração I&E: Aprender a partir de lugares e não de conteúdos	226
1.5.4. Uma nova conceção sobre a integração I&E: Um espaço relacional de aprendizagem.....	229
1.6. A CoP DE INTEGRAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO NO ENSINO	231
1.6.1. Balanço sobre o funcionamento da CoP no âmbito do Projeto INTEGRA I&E	231

1.6.2. Vantagens em usar as CoP como modelo inspirador de práticas de integração I&E	231
1.6.3. Barreiras e desafios	232

V. CONCLUSÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES

PARA A PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO I&E SÓNIA F.

BERNARDES

1. PRINCIPAIS CONCLUSÕES	235
1.1. QUAIS AS CONCEÇÕES SOBRE INTEGRAÇÃO I&E?	236
1.2. QUAIS AS ATITUDES SOBRE AS PRÁTICAS DE INTEGRAÇÃO I&E?	238
1.3. QUE PRÁTICAS DE INTEGRAÇÃO I&E EXISTEM?.....	240
1.4. QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DAS PRÁTICAS DE INTEGRAÇÃO I&E?.....	244
1.5. QUAIS OS FACILITADORES E AS BARREIRAS ÀS PRÁTICAS DE INTEGRAÇÃO I&E?	246
2. RECOMENDAÇÕES.....	250

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	256
----------------------------------	-----

VII. ANEXOS

ANEXO A – PERSPETIVAS DOS ESTUDANTES, ESTUDO QUALITATIVO	270
ANEXO B – PERSPETIVAS DOS ESTUDANTES, ESTUDO QUANTITATIVO	284
ANEXO C – PERSPETIVAS DOS DOCENTES, ESTUDO QUALITATIVO	297
ANEXO D – PERSPETIVAS DOS DOCENTES, ESTUDO QUANTITATIVO	308

I. INTRODUÇÃO GERAL: DA
INTEGRAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO
NO ENSINO (I&E) AO PROJETO
INTEGRA I&E

SÓNIA F. BERNARDES & FILIPE REIS

O Projeto INTEGRA I&E consistiu num projeto de investigação-ação cujo objetivo geral é a promoção da integração da investigação no ensino (I&E) na Escola de Ciências Sociais e Humanas (ECSH) do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

A integração I&E tem sido, e continua a ser, uma das áreas de desenvolvimento estratégico do ISCTE-IUL (Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa [ISCTE], 2008; ISCTE-IUL, 2014) e, como tal, um meio para a concretização da sua missão de "(...) *produzir, transmitir e transferir para a comunidade conhecimento científico de acordo com os mais altos padrões internacionais, tendo em vista contribuir para a aprendizagem ao longo da vida e proporcionar valor económico, social e cultural à sociedade*" (ISCTE-IUL, 2013, p.7). Em consonância, a ESCH, desde a sua criação, tem igualmente integrado no seu discurso identitário e missão a integração I&E (Lima, Reis, Costa & Carregã, 2013).

Contudo, a integração I&E, tanto ao nível do ISCTE-IUL como da ECSH, parece ter vindo a ser reforçada mais ao nível dos discursos que das práticas. Ao nível do ISCTE-IUL, para além da sua reestruturação orgânica que, ao integrar os Departamentos e as Unidades de Investigação em Escolas, visou contribuir em parte para este fim (ISCTE, 2008), podem ainda ser apontadas algumas medidas atualmente a serem implementadas neste sentido (ISCTE-IUL, 2013, p.17), tais como, o aumento do tempo de investigação dos docentes, a promoção da ligação entre Escolas e Unidades de Investigação na gestão dos programas doutorais e o aumento da participação de investigadores na supervisão de teses de mestrado e doutoramento. Todavia, a insuficiência destas medidas foi reconhecida no relatório de autoavaliação do ISCTE-IUL para a *European University Association* (EUA; ISCTE-IUL, 2013) e identificada pela comissão de avaliação desta última instituição, que "(...) *notou uma separação repetida entre estudo e investigação; os estudantes de doutoramento são envolvidos em pesquisa através dos centros de investigação mas não são incluídos nos departamentos – e em regra não são envolvidos no ensino – enquanto a investigação geralmente não faz parte da educação dos estudantes de licenciatura e mestrado*" (EUA, 2013, p. 13). O panorama na ECSH é, em parte, um reflexo do seu enquadramento institucional. Efetivamente, e tendo por base um balanço das atividades da Escola no triénio 2010-2013, a anterior Direção da ECSH avançou como recomendação para o futuro, o estreitamento da relação entre I&E ao nível da Escola (Lima et al., 2013).

Em suma, parecia existir um fosso entre a importância dada nos discursos institucionais à integração I&E e as práticas de implementação, desenvolvimento e

monitorização, tanto ao nível do ISCTE-IUL como da ECSH. Aliás, foi reconhecendo este fosso que o Programa de Ação proposto pelo Reitor- Prof. Dr. Luís Reto - para 2013-2017, no qual assenta o Plano Estratégico 2014-2017 (ISCTE-IUL, 2014), assumiu a integração I&E como um dos seus vetores-chave, prevendo o lançamento de "(...) *projetos piloto inovadores que conjuguem a adaptação dos planos curriculares com novas abordagens pedagógicas que otimizem a aprendizagem ativa, que integrem a investigação (...)*" (Reto, 2013, p.7).

Foi neste enquadramento institucional que a Direção da ECSH assumiu como uma das suas linhas prioritárias de atuação para o triénio 2013-2016 a promoção da integração I&E ao nível da Escola e, em última instância, ao nível do ISCTE-IUL. Pretendeu-se que o projeto INTEGRA I&E constituísse um meio para atingir este fim. Antes de passarmos a explicitar os objetivos específicos deste projeto e a estrutura do presente relatório, começaremos por definir o que se entende por integração I&E, justificar a sua relevância no Ensino Superior (ES) e apresentar alguns exemplos de estratégias utilizadas a nível internacional para a sua promoção.

1. EM QUE CONSISTE A INTEGRAÇÃO I&E?

Um primeiro passo para a promoção da integração I&E passa, necessariamente, pela sua definição. De facto, apesar de a integração I&E ser com frequência uma pedra basilar da retórica de muitas instituições do ES, são raras as instituições que procuram construir um entendimento consensual sobre este conceito (Jenkins & Healey, 2005).

Uma importante barreira à construção de consenso, a nível institucional, sobre o que se entende por integração I&E assenta no facto de tal entendimento ser frequentemente variável em função das culturas e práticas disciplinares que compõem as universidades (Jenkins, 2004; Jenkins, Healey & Zetter, 2007). Diferenças disciplinares nas conceções ontológicas e epistemológicas, na natureza hierárquica da estrutura do conhecimento, nas práticas de organização da investigação, no perfil motivacional dos estudantes ou no papel das Ordens e Sociedades Profissionais, são apenas alguns exemplos de fatores que estão associados à variabilidade das conceções de integração I&E nas instituições de ES (e.g., Becher & Trowler, 2001; Healey, 2000, 2005a, 2005b; Neumann, Parry, & Becher, 2002).

Esta variabilidade disciplinar nas concepções sobre integração I&E leva a que alguns autores sugiram que, para a sua promoção no seio de uma instituição, se adote uma abordagem participativa e colaborativa visando compreender o entendimento que as diferentes partes envolvidas (*stakeholders*) têm do significado deste termo (Jenkins & Healey, 2005; Jenkins et al., 2007). Contudo, visando facilitar e estruturar a discussão em torno deste conceito no seio das instituições, Jenkins, Healey e colaboradores sugerem um modelo conceptual que tem recolhido consenso na literatura e que, como tal, serve de base conceptual ao presente projeto.

Este modelo foi inicialmente desenvolvido por Griffiths (2004), com base na experiência de equipas de consultoria envolvidas em projetos de promoção da integração I&E em diversas instituições de ES no Reino Unido¹, e posteriormente reformulado por Healey (2005a). O modelo é representado por um diagrama de dois eixos, que refletem duas importantes dimensões da integração I&E (Figura 1). A primeira dimensão diz respeito ao grau, ou ênfase, que as estruturas curriculares e/ou atividades pedagógicas atribuem aos conteúdos, *versus* processos ou problemas da investigação. A segunda dimensão remete para o alvo da focalização do processo de ensino/aprendizagem, no quadrante superior centrado nos estudantes enquanto participantes ativos, num quadrante inferior focado nos docentes e relegando os estudantes para o papel de audiência.

O cruzamento destas duas dimensões permite-nos identificar quatro formas de integração I&E (Jenkins & Healey, 2005; Jenkins et al., 2007), sendo sugerida a existência de um maior número de atividades pedagógicas nos quadrantes superiores do modelo como forma de melhor integrar a investigação no ensino:

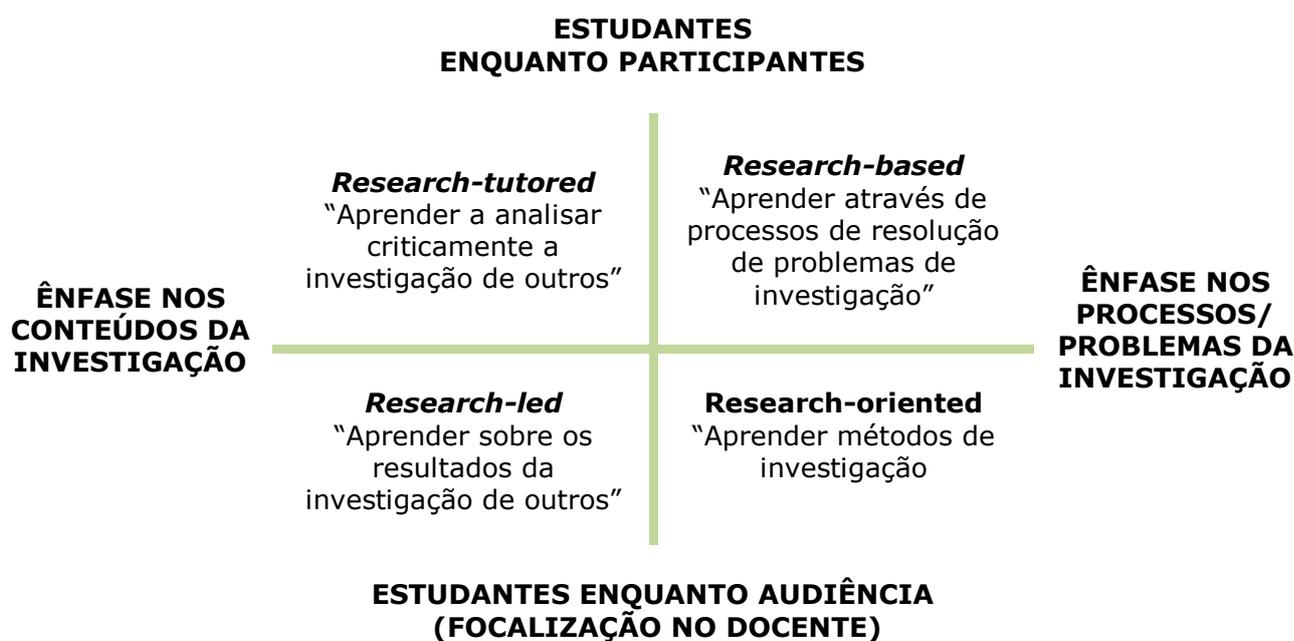
1. Ensino *research-led*: é estruturado em torno de conteúdos da investigação desenvolvida pelos docentes, sendo colocada ênfase nos resultados desta (por oposição aos processos). O ensino está assente no modelo tradicional de transmissão de informação. Os estudantes estão a “*aprender sobre os resultados da investigação de outros*”. Algumas práticas pedagógicas que refletem este tipo de ensino são, por exemplo, aulas teóricas expositivas para grandes grupos. Neste contexto, o potencial impacto dos processos de ensino/aprendizagem na investigação é negligenciado.

¹ Alguns destes projetos foram desenvolvidos pela *The Higher Education Academy (HEA)*, instituição nacional independente que tem como missão a promoção da qualidade do processo de ensino e aprendizagem nas instituições de ES do Reino Unido (<http://www.heacademy.ac.uk/about>).

2. Ensino *research-oriented*: enfatiza a aprendizagem dos processos através dos quais é construído conhecimento, nomeadamente através da “aprendizagem de métodos de investigação”. Algumas práticas pedagógicas que refletem este tipo de ensino são, por exemplo, aulas expositivas sobre métodos de recolha ou análise de dados.

3. Ensino *research-tutored*: enfatiza a aprendizagem de conteúdos de investigação através da discussão e análise crítica de investigação produzida por outros. Os estudantes estão a “aprender a analisar criticamente a investigação de outros”. Algumas práticas pedagógicas que refletem este tipo de ensino são, por exemplo, a discussão de artigos científicos ou comunicações orais.

Figura 1. Modelo conceptual sobre a integração I&E ao nível das estruturas curriculares (Healey, 2005a, p.70)



4. Ensino *research-based*: enfatiza a aprendizagem através de atividades de formulação e resolução de problemas de investigação por oposição à aquisição de conteúdos. As experiências de investigação dos docentes estão integradas nos processos de aprendizagem dos estudantes, existindo uma menor separação de papéis entre estudantes e docentes. É deliberadamente explorada a relação bidirecional entre investigação e ensino. Os estudantes “aprendem através de processos de resolução de problemas de investigação”. Algumas práticas pedagógicas que refletem

este tipo de ensino são, por exemplo, a participação ativa em processos de investigação dos docentes ou o desenvolvimento de teses de investigação.

Finalmente, é de notar ainda que o presente modelo conceptualiza a integração I&E ao nível dos conteúdos e atividades pedagógicas das estruturas curriculares dos cursos. De facto, embora a integração I&E possa ser concebida a diversos níveis de análise – estruturas curriculares, departamentos/disciplinas, Escolas, Universidade – alguns autores sugerem que as principais atividades de promoção da integração I&E devem ser realizadas ao nível da estrutura curricular dos cursos, ou seja ao nível das estruturas de organização disciplinar e departamental, enquanto as atividades a outros níveis da estrutura universitária, por exemplo Escolas ou Faculdades, contribuem apenas para a promoção de um contexto facilitador daquelas atividades (Clark, 1993; Jenkins, 2004). No entanto, estas últimas não deixam de ser fundamentais na medida em que a definição de políticas a nível institucional poderá constituir um forte entrave à integração I&E ao nível curricular. Por exemplo, estudos internacionais sugerem que docentes/investigadores frequentemente percebem a sua instituição como dando maior importância à qualidade da investigação por oposição à qualidade do ensino enquanto critério de promoção na carreira, o que não parece reforçar quaisquer esforços de promoção da integração I&E (Ramsden, Margetson, Martin & Clarke, 1995). Assim, qualquer projeto de promoção I&E numa instituição de ES deverá ter em conta a forma como esta é concebida e articulada a diferentes níveis de análise. Esta questão será exemplificada e desenvolvida com maior detalhe na secção “Como promover a integração I&E?”.

2. PORQUÊ PROMOVER A INTEGRAÇÃO I&E?

Segundo Jenkins et al. (2007), o valor da integração I&E pode sentir-se a nível conceptual, operacional e experiencial. A nível conceptual, a integração I&E, ao ser uma característica distintiva do ES, constitui um dos meios privilegiados através do qual estas instituições podem contribuir para a formação de indivíduos capazes de ter um papel ativo numa “sociedade do conhecimento” cada vez mais complexa. Por outras palavras, deve ser função de uma instituição do ES a formação de estudantes (e, em última instância, sociedades) que sejam capazes de analisar criticamente o conhecimento continuamente produzido, mas também contribuir para a produção desse mesmo conhecimento. Para tal, é fundamental a promoção, entre os estudantes, de uma compreensão e valorização da investigação e o desenvolvimento de competências para a desenvolver.

A nível operacional, a potencial reciprocidade dos processos de I&E, permite que, por um lado, os docentes possam atenuar um habitual conflito intra-papel, ao poderem parcialmente conciliar as funções de docência e investigação. Por outro lado, ao nível dos departamentos, a integração I&E poderá permitir ainda que, em contextos de escassez de financiamento, estes consigam justificar a existência de pessoal docente com um perfil mais voltado para a investigação.

Finalmente, a nível experiencial, o processo de integração I&E parece trazer benefícios não só para os docentes mas também, e sobretudo, para os estudantes. De facto, a maioria dos estudos que tem procurado explorar a perspetiva dos docentes universitários sobre a integração I&E tem mostrado que, apesar da diversidade de discursos muito associada à diversidade das características institucionais e disciplinares (e.g., Becher & Trowler, 2001; Healey, 2000, 2005a, 2005b; Neumann et al., 2002), parece existir um grande consenso sobre os benefícios pessoais da integração I&E (e.g., Leslie, Harvey & Leslie, 1998; Smeby, 1998; Moses, 1990; Neumann, 1994; Rowland, 1996; Serow, 2000; Zaman, 2004).

Já no que diz respeito aos estudantes, de uma forma geral, estudos sugerem que estes percebem os benefícios da existência da integração da investigação dos docentes na estrutura curricular dos cursos (e.g., Healey, Jordan, Pell & Short, 2010, Hunter, Laursen & Seymour, 2007; Jenkins et al., 1998; Zamorski, 2000, 2002; Jenkins, Blackman, Lindsay & Paton-Saltzberg, 1998; Lindsay, Breen & Jenkins, 2002; Neumann, 1994; Zaman, 2004; Zimbardi & Myatt, 2012; Wuetherick & McLaughlin, 2011), nomeadamente: (1) o aumento da credibilidade e grau de atualização dos seus cursos; (2) os cursos serem intelectualmente mais estimulantes; (3) o maior entusiasmo, motivação e envolvimento dos docentes (4) a possibilidade de poderem ver realmente o que os docentes fazem; e (5) poderem aprender a fazer investigação. Estes benefícios são, contudo, sobretudo reportados por estudantes dos 2º e 3º ciclos e entre estudantes com um perfil mais voltado para a investigação que para a empregabilidade. De facto, e salvo raras exceções (Blackmore & Cousin, 2003), estes estudos também sugerem que alguns estudantes, sobretudo do 1º ciclo, reportavam não serem incluídos enquanto participantes ativos na investigação, referindo, por vezes, efeitos negativos, como por exemplo, os docentes com atividades mais intensas de investigação não estarem tão disponíveis para os estudantes ou focarem demasiada atenção na sua investigação em detrimento de outros conteúdos curriculares previstos (Zamorski, 2002; Jenkins et al. 1998; Lindsay et al., 2002). Finalmente, é de referir que, para além destes estudos mais centrados nas perceções dos estudantes sobre a articulação I&E, começam a surgir também, embora timidamente, estudos que têm efetivamente confirmado as vantagens desta ao nível dos processos concretos de

aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes (Jenkins, 2004; Prince, Felder & Brent, 2007).

Em suma, a integração I&E parece ter inúmeras vantagens tanto para docentes como estudantes e a sua gestão eficaz parece ser importante para garantir que estes últimos possam usufruir plenamente dos seus benefícios. Contudo, a investigação também sugere que a integração I&E não ocorre de forma natural e/ou automática. Três meta-análises que englobam dezenas de estudos empíricos publicados desde os anos 70 (Feldman, 1987; Allen, 1996; Hattie & Marsh, 1996) mostram ser um mito a ideia de que um bom investigador é, necessariamente, um bom docente. De facto, a grande maioria dos estudos incluídos nestas meta-análises procuram encontrar correlações entre a produtividade/qualidade dos docentes ao nível da investigação (e.g., número de publicações, bolsas e projetos atribuídos, número de citações, prémios) e a qualidade do seu ensino (e.g., avaliado pelos estudantes, pares, presença de prémios pedagógicos). De uma forma geral, as meta-análises apontam para correlações nulas (0.06; Hattie & Marsh, 1996) ou, na melhor das hipóteses, positivas mas muito fracas (0.11/0.12 Feldman, 1987; Allen, 1996). Os poucos estudos que procuram explorar esta relação ao nível dos departamentos (Ellis, 2001; Drennan, 1999; Drennan & Beck, 2001 citados por Zaman, 2004) também apontam para uma correlação muito baixa entre a qualidade da investigação e ensino, quando controladas variáveis relativas aos recursos e reputação das instituições.

Análises e interpretações incorretas destes dados estiveram na base de muitas decisões políticas (sobretudo nos EUA e Reino Unido), que reforçaram a ideia de que o ensino e investigação deveriam ser concebidos e financiados separadamente. Contudo, Hattie & Marsh (2004) vêm corrigir esta interpretação salientando que esta correlação não mostra que I&E sejam incompatíveis mas sim que é um mito pensar que estas duas atividades estão inerentemente e espontaneamente relacionadas no ES. Para além do mais, os resultados destes estudos foram fortemente criticados, não só pelas suas limitações metodológicas (ex., não terem em conta variáveis moderadoras) mas por se focarem na integração I&E ao nível dos resultados e não dos seus processos (Brew & Boud, 1995; Zaman, 2004). Assim, e segundo Hattie & Marsh (1994), a principal implicação destes dados para a definição de políticas sobre ES é a de que são necessários esforços intencionais e ativos para promover a articulação entre I&E e, portanto, as instituições de ES deverão colocar esta articulação na sua missão e desenvolver explicitamente estratégias para a promover. Mas que tipo de estratégias podem ser concebidas e implementadas para promover a integração

I&E? A secção que se segue faz uma breve apresentação de algumas destas estratégias.

3. COMO PROMOVER A INTEGRAÇÃO I&E?

São diversas as estratégias que podem ser implementadas para promover a integração I&E em instituições do ES. Os dois manuais da autoria de Jenkins e colaboradores (Jenkins & Healey, 2005; Jenkins et al., 2007), editados pela HEA, permitem traçar um panorama bastante completo e detalhado das inúmeras estratégias que se encontram na literatura e que exemplificam as várias formas através das quais diversas instituições a nível internacional têm procurado promover a integração I&E no seu seio.

A tabela 1 apresenta um breve resumo estruturado das principais estratégias referidas e/ou sugeridas por aqueles autores. Não se pretende aqui exemplificar ou elaborar detalhadamente cada uma destas estratégias. Contudo, da análise da tabela 1, podem ser tecidas algumas considerações gerais sobre as estratégias de promoção da integração I&E:

1. Podem e devem ser concebidas estratégias a diversos níveis de análise e/ou intervenção – da instituição², dos departamentos, das unidades de investigação, das estruturas e conteúdos curriculares dos cursos. Estas estratégias não são mutuamente exclusivas. Pelo contrário, o sucesso da promoção da integração I&E numa qualquer instituição de ES deverá sempre ter em conta a congruência e articulação de diversas estratégias a diferentes níveis de análise/intervenção;
2. A grande maioria das estratégias visa o desenvolvimento das políticas e práticas pedagógicas ou de investigação que promovam a integração I&E. Nota-se, contudo, um maior enfoque nas políticas e práticas pedagógicas que nas de investigação. Tal sugere que a integração I&E é mais frequentemente concebida e promovida através da integração da investigação no ensino do que do ensino na investigação;
3. Tal como já referido anteriormente, o núcleo das atividades de promoção da integração I&E deve situar-se ao nível da intervenção nas estruturas e conteúdos curriculares dos cursos e, conseqüentemente, a nível das comunidades disciplinares/departamentos. A utilização do

² É de notar que no caso do Projeto INTEGRA I&E, o nível institucional pode ser concebido ao nível do ISCTE-IUL e/ou ECSH.

modelo conceptual apresentado na Figura 1 poderá trazer inúmeras vantagens para a análise e intervenção a este nível.

4. A intervenção ao nível das estruturas e conteúdos curriculares dos cursos só será bem-sucedida se for suportada por estratégias a nível dos departamentos e/ou instituição que não só promovam a consciência coletiva da importância e centralidade da integração I&E para a missão da instituição, mas que também desenvolvam estruturas e políticas institucionais (ex., de gestão e formação de recursos humanos) que suportem e promovam a implementação de tal integração.
5. O conjunto de estratégias apresentado na tabela 1 não é exaustivo, e é vital para o sucesso de qualquer intervenção que vise a promoção da integração I&E numa instituição de ES procurar encontrar as estratégias mais adequadas às características específicas da cultura, estrutura e funcionamento da referida instituição através de um processo de análise e decisão coletivo e participado. O projeto INTEGRA I&E, ao constituir um projeto de investigação-ação (Stringer, 1996), pretendeu ser o meio para atingir este fim na ECSH e ISCTE-IUL.

Tabela 1. Estratégias para promoção da integração I&E em instituições do ES: objetivos e níveis de intervenção

Objetivos	Nível de análise	Estratégia
1. Desenvolver estrutura organizacional e políticas institucionais que suportem a integração I&E	Institucional	<p>1. Garantir que a integração I&E é reforçada pelas políticas de promoção e desenvolvimento de carreira.</p> <p>2. Garantir sinergias entre os órgãos de coordenação das atividades pedagógicas e científicas.</p> <p>3. Garantir congruência entre as estratégias para a promoção da integração I&E e o restante projeto estratégico da instituição.</p> <p>4. Apoiar a implementação de estratégias de integração I&E ao nível das Escolas/Departamentos.</p>
	Institucional	<p>1. Referir a articulação entre I&E na missão da instituição</p>
2. Desenvolver consciência sobre importância da integração I&E e torná-la parte da missão da instituição	Institucional/ Departamentos	<p>2. Organizar eventos, promover projetos de investigação-ação e divulgar publicações para consciencializar e promover discussão informada e participada de toda a comunidade académica sobre a necessidade de integração entre I&E.</p> <p>3. Envolver estudantes na discussão sobre integração I&E</p> <p>4. Desenvolver conceções partilhadas sobre integração I&E e estratégias específicas à instituição que a promovam.</p>
	Institucional	<p>1. Contemplar a integração I&E nos processos de planeamento estratégico e avaliação institucional, construindo indicadores para garantir a sua implementação e monitorização.</p>
3. Desenvolver estruturas curriculares e práticas pedagógicas que suportem a integração I&E	Institucional/ Departamentos	<p>2. Avaliar, reforçar e desenvolver as práticas pedagógicas promotoras da integração I&E já existentes de forma implícita nas diversas comunidades disciplinares</p> <p>3. Reformular os cursos definindo requisitos mínimos para a promoção da Integração I&E.</p> <p>4. Desenvolver programas ou estruturas especiais que favoreçam a integração I&E a um nível mais pontual.</p>
	Estruturas e conteúdos curriculares dos cursos	<p>5. Desenvolver a compreensão dos estudantes sobre o papel da investigação na sua disciplina</p> <p>6. Desenvolver competências dos estudantes para desenvolverem investigação (ver Figura 1, quadrantes superiores)</p> <p>7. Garantir o desenvolvimento progressivo da compreensão e aquisição de competências dos estudantes para a investigação</p> <p>8. Gerir as experiências dos estudantes com a investigação, maximizando as vantagens e minimizando as desvantagens da integração I&E.</p>

(cont.)

Tabela 1. (cont.) Estratégias para promoção da integração I&E em instituições do ES: objetivos e níveis de intervenção

Objetivos	Nível de análise	Estratégia
4. Desenvolver políticas e práticas de investigação que reforcem a integração I&E	Institucional/ Centros de Investigação	1.Desenvolver e avaliar as políticas e práticas de investigação já existentes que promovem a integração I&E. 2.Garantir a ligação entre as Unidades de Investigação e os Cursos.
	Institucional	1.Promover desenvolvimento contínuo dos docentes seniores através de ações de formação regulares.
5. Desenvolver políticas e práticas de gestão de recursos humanos e promoção da formação do corpo docente que reforcem a integração I&E	Departamentos/ Unidades de Investigação	2.Promover entre estudantes de doutoramento o desenvolvimento de competências necessárias para a promoção da integração I&E.
	Departamentos	3.Desenvolver políticas de recrutamento de pessoal e de organização do serviço docente que promovam a integração I&E.

4. O INTEGRA I&E E A ESTRUTURA DA OBRA

Tal como já foi referido, o INTEGRA I&E pretendeu ser um projeto de investigação-ação que visou, de uma forma geral, minimizar o hiato entre discursos e práticas de integração I&E na ECSH e ISCTE-IUL., ao longo do biénio 2014/2016. Um projeto de investigação-ação visa a resolução de um problema de uma certa comunidade através da inclusão, participação e colaboração ativa das principais partes interessadas, sendo para tal vital, em primeiro lugar, a observação, caracterização, definição ou avaliação desse mesmo problema (Stringer, 1996). Neste sentido, o projeto INTEGRA I&E teve como objetivos gerais: (1) identificar e caracterizar as conceções, experiências e práticas atuais de integração I&E e (2) reforçar e promover as práticas de integração I&E.

Para tal, foram desenvolvidas três linhas de pesquisa paralelas mas complementares; uma centrada nas perceções e experiências dos discentes, outra centrada nas perceções e práticas do corpo de docentes/investigadores, e uma terceira centrada na noção de Comunidades de Práticas. Seguindo a presente parte introdutória (secção I), as secções II, III e IV do presente relatório descrevem cada uma destas linhas de pesquisa, respetivamente.

A secção II inclui a descrição e análise crítica dos resultados relativos à linha de investigação focada nas análises das perceções e experiências dos estudantes. Esta secção inclui quatro capítulos. No capítulo 1 (por Nuno Costa e Rita Guerra) é

feita uma breve revisão de estudos publicados sobre integração I&E na perspetiva dos estudantes, enquadrando conceptualmente os objetivos gerais desta linha de pesquisa, nomeadamente: (1) Caracterizando as conceções, experiências e atitudes dos estudantes face à integração I&E e (2) Explorando as perceções dos estudantes sobre vantagens/desvantagens da integração I&E. De um ponto de vista metodológico recorreu-se à triangulação de metodologias de natureza qualitativa e quantitativa para dar resposta às questões de investigação. Assim, o capítulo 2 (por Madalena Matos e Maria de Jesús Candeias) apresenta e discute os dados recolhidos através de grupos focais (e.g., Krueger & Casey, 2000) com estudantes finalistas dos diferentes ciclos de ensino e das diferentes áreas disciplinares presentes na ECSH sujeitos a análise de conteúdo (e.g. Flick, 2005). O capítulo 3 (por Nuno Costa e Rita Guerra) apresenta e discute os dados recolhidos através de um inquérito originalmente elaborado por Healey, Jordan, Pell & Short (2010) e que foi desenvolvido e adaptado às especificidades da população discente da ECSH e do ISCTE-IUL. Para terminar esta secção, o capítulo 4 (por Nuno Costa, Rita Guerra e Madalena Matos), faz uma síntese dos principais resultados e conclusões relativamente às perceções e experiências dos estudantes da ECSH e ISCTE-IUL face à integração I&E.

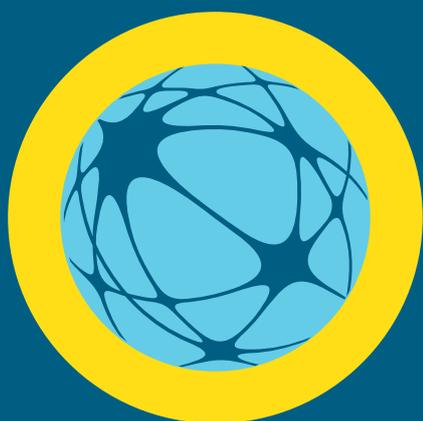
A estrutura da secção III deste relatório é bastante semelhante à da secção II, incluindo, contudo, a descrição e análise crítica dos resultados relativos à linha de investigação focada na análise das perceções, experiências e práticas dos docentes/investigadores (sobretudo da ESCH). No capítulo 5 (por Diana Farcas, Kinga Bierwiakzonek, Sónia Bernardes e Susana Carvalhosa) é feita uma breve revisão de estudos publicados sobre integração I&E na perspetiva dos docentes e investigadores, enquadrando conceptualmente os objetivos gerais desta linha de pesquisa, nomeadamente: (1) Identificar conceções sobre integração I&E; e (2) Explorar as perceções sobre vantagens/desvantagens e facilitadores/barreiras da integração I&E. À semelhança da linha de investigação anterior, para dar resposta às nossas questões de investigação, foi realizado um estudo de natureza qualitativa e outro de natureza quantitativa. O capítulo 6 (por Diana Farcas e Sónia Bernardes) descreve e discute os resultados decorrentes da análise de conteúdo realizada aos discursos de docentes e investigadores que participaram em diversos grupos focais. Já o capítulo 7 (por Susana Carvalhosa e Kinga Bierwiakzonek) apresenta os dados recolhidos através de inquérito *online* desenvolvido pela equipa. O capítulo 8 (por Diana Farcas, Sónia Bernardes e Susana Carvalhosa) faz uma leitura integradora dos resultados qualitativos e quantitativos relativamente às perceções e práticas de integração I&E do corpo docente da ECSH.

A secção IV (por Rita Jerónimo e Filipe Reis) apresenta a descrição do processo e resultados da terceira linha de investigação inspirada na noção de Comunidades de Prática (Lave & Wenger, 2002; Wenger 1988; Wenger, McDermott, & Snyder, 2002).

Finalmente, na secção V (por Sónia Bernardes), são tecidas as grandes conclusões e implicações práticas do presente projeto. Mais especificamente, será feita uma leitura comparativa das perspetivas e experiências do corpo académico vs. estudantes e apresentadas recomendações concretas para a promoção da integração I&E ao nível da Escola e ISCTE-IUL.



PROJETO
INTEGRA I&E



ISCTE  INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA



FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN